Aos 26 dias do mês de junho de 2026, às catorze horas, reuniram-se na sede do PREV BOM JESUS, sito na Rua Joaquim Rodrigues dos Santos, 790, Centro de Bom Jesus dos Perdões, os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jesus dos Perdões – PREV BOM JESUS, AMAURI DO AMARAL CAMPOS, RICARDO AUGUSTO PONTES MORAES, SANDRA SAKAI MIZUTA e ANA LÚCIA BUENO DOS SANTOS. A Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Mits Cássia não pôde participar da reunião. Participaram também a Diretora de Benefícios Viviane Jesus de Lima e a superintendente Pollyanna Ramos Ferreira Zafonatto. O consultor de investimentos, Pery, da Mosaico Consultoria. No dia 24 de junho foi enviado através de link do aplicativo google drive a todos os conselheiros os seguintes documentos para que todos lessem e pudessem ser discutidos e explicados no dia da reunião: os balancetes da despesa e receita relativos aos meses de abril e maio de 2026, os relatórios semanais com as curvas de juros futuros 16 a 23, o relatório analítico de investimentos referente aos meses de abril e maio de 2026, o processo de aposentadoria de EDUARDO FRANCO DE CAMARGO (processo 4 / portaria 5); ADRIANO ROBERTO FLORENZANO (processo 5 / portaria 6); LÚCIA DE OLIVEIRA BRAGA (processo 6/2026 / portaria 7/2026); os processos de pensões das sras. JANDIRA APARECIDA PIRES DA SILVA (processo 7/2026 / portaria 8/2026) e ZULEIDE DOS SANTOS SOUZA (processo 8/2026 / portaria 9/2026). A Superintendente Pollyanna, iniciou a reunião, saudando a todos os presentes e em seguida passou a palavra ao Pery, consultor de investimentos, para que pudesse explanar as questões relativas ao cenário econômico e os impactos na carteira do PREVBOMJESUS. **1-) INVESTIMENTOS:** Aberta a reunião, passou-se inicialmente à apresentação do cenário econômico referente ao mês de maio de 2026. Foi explicado que, no cenário internacional, a economia dos Estados Unidos continuou crescendo, porém com sinais diferentes entre os setores. O consumo das famílias ainda se manteve relativamente forte, principalmente entre as famílias de maior renda, enquanto as

famílias de menor renda seguiram mais pressionadas pelo aumento do custo de vida, especialmente combustíveis, energia e demais despesas essenciais. Também foi destacado que os investimentos ligados à tecnologia, especialmente inteligência artificial, data centers e infraestrutura digital, continuaram contribuindo para a atividade econômica. Por outro lado, a inflação permaneceu como ponto de atenção, em razão de conflitos geopolíticos, pressões sobre combustíveis e custos de alguns componentes industriais e eletrônicos. Diante desse ambiente, o banco central norte-americano, Federal Reserve, manteve postura cautelosa, evitando reduzir juros de forma precipitada enquanto a inflação permanecesse acima da meta. No cenário brasileiro, foi apresentado que a economia continuou demonstrando resistência, com mercado de trabalho aquecido e desemprego em patamar baixo. Foi esclarecido que esse ambiente favorece a renda das famílias, mas também pode gerar pressão sobre salários e preços de serviços. A inflação, portanto, seguiu exigindo atenção, especialmente em razão dos preços de serviços, alimentos, combustíveis, insumos industriais e construção civil. Também foram mencionados riscos relacionados a fatores climáticos, questões fiscais, reforma tributária e mudanças regulatórias. Diante desse contexto, registrou-se que o Banco Central do Brasil deveria manter condução prudente da política monetária, mesmo com a taxa Selic em patamar elevado. Foi ressaltado que, para os RPPS, esse cenário continua favorecendo os investimentos mais conservadores, especialmente aqueles vinculados ao CDI e à renda fixa, que seguem exercendo papel importante na preservação do patrimônio previdenciário.

Na sequência, foi apresentado o relatório analítico da carteira de investimentos do Instituto referente ao mês de maio de 2026. Informou-se que, na posição de 29 de maio de 2026, o patrimônio líquido total era de R$ 126.006.904,60, sendo R$ 126.006.895,14 considerados para fins de cálculo dos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025, além de disponibilidades financeiras de R$ 9,46. A carteira apresentava forte predominância em renda fixa, com R$ 125.801.825,13, equivalente a 99,84% do

total, enquanto os investimentos estruturados representavam R$ 205.070,01, equivalentes a 0,16% da carteira. Foi destacado que a carteira estava distribuída principalmente em ativos vinculados ao CDI, que representavam 85,31% do total, seguidos por títulos públicos, com 8,89%, IMA-B, com 4,86%, FIDC, com 0,73%, FIP, com 0,16%, e IMA-B 5, com 0,03%. Também foi apresentada a distribuição por administradores, com destaque para BB Gestão, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Tesouro Nacional, RJI Corretora, BFL Capital, Santander DTVM e BRL Trust. Quanto ao desempenho, foi informado que a carteira apresentou, no mês de maio, retorno positivo de R$ 1.263.999,19, equivalente a 1,01%. No acumulado do ano de 2026, o retorno da carteira foi de 5,01%, frente à meta acumulada de 5,49%, atingindo 91,33% da meta atuarial no período. Foi ressaltado que, embora o resultado mensal tenha sido positivo e próximo da meta do mês, o desempenho acumulado ainda permanece abaixo da meta atuarial, exigindo acompanhamento permanente da carteira e dos fundos que apresentam maior risco, menor liquidez ou restrições de enquadramento. Na sequência, o consultor relatou aos membros a proposta anteriormente apresentada pela RJI, em nome dos interessados, referente ao interesse de uma banca de advogados especializada em créditos estressados na aquisição das cotas do FIP LSH Multiestratégia pelo valor simbólico de R$ 1,00. Foi explicado que a análise técnica anteriormente elaborada considerava que a eventual alienação das cotas poderia ser medida adequada para encerramento da exposição dos RPPS a uma estrutura patrimonial deteriorada, desde que houvesse assunção integral dos riscos, obrigações, passivos e responsabilidades pelo adquirente, sem possibilidade de futuras chamadas de capital, aportes adicionais ou cobranças aos atuais cotistas. Contudo, foi informado que a proposta perdeu sua validade prática diante de fato superveniente, em 25 de junho de 2026, a RJI Corretora, administradora do FIP LSH Multiestratégia, divulgou fato relevante informando que tomou conhecimento da decretação da falência da investida LSH Barra Empreendimentos Imobiliários S.A., por decisão proferida em

22 de junho de 2026 pelo Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do processo de recuperação judicial nº 0023589-52.2019.8.19.0001. A decisão também tratou da desocupação do imóvel onde se desenvolve a atividade hoteleira e da possibilidade de continuidade provisória de determinadas atividades, conforme avaliação do administrador judicial. O consultor esclareceu que, em contato com a RJI, foi informado que, neste momento, o Instituto deverá aguardar os desdobramentos do processo falimentar, pois a baixa contábil definitiva do ativo somente poderá ser realizada quando houver trânsito em julgado do processo de falência ou outro ato formal que permita o adequado encerramento contábil da posição. Foi ressaltado que a administradora acompanhará os desdobramentos do processo e manterá os cotistas informados sobre eventos relevantes adicionais. Os membros presentes tomaram ciência da situação do FIP LSH Multiestratégia e deliberaram pelo acompanhamento contínuo do caso, aguardando novas comunicações formais da administradora, especialmente quanto ao andamento do processo falimentar, eventuais recursos, impactos sobre o fundo e providências necessárias para o correto tratamento contábil e documental do ativo na carteira do RPPS. Pollyanna ressaltou mais uma vez que esses fundos ilíquidos foram investimentos feitos no passado, quando ainda não se tinha tanto conhecimento e tampouco impedimento. Eram fundos aprovados na CVM, e acabaram quebrando por má gestão dentro do fundo, o que prejudicou diversos cotistas. 2)- **DEMAIS DOCUMENTOS:** Em seguida, foram verificados os balancetes da despesa e receita relativos aos meses de abril e maio de 2026, que foram por todos aprovados. Foram apresentados os relatórios semanais com as curvas de juros futuros. Foram também verificados os processos de aposentadoria e pensão tendo sido analisados e aprovados sem ressalvas. Após a análise e aprovação da documentação apresentada pelos conselheiros, e nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada por mim, Pollyanna, e por todos lida e assinada.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES – PREV BOM JESUS
CNPJ: 10.642.943/0001-71
Rua Joaquim Rodrigues dos Santos, nº.790 – Cidade Nova
Bom Jesus dos Perdões – SP - CEP: 12.955-000 - Telefone: (011) 4891-1677

MITS CÁSSIA DA SILVA (presidente do CF) AUSENTE

AMAURI DO AMARAL CAMPOS (membro do CF)_____

ANA LÚCIA BUENO DOS SANTOS (membro do CF)_____

RICARDO AUGUSTO PONTES MORAES (membro do CF)_____

SANDRA SAKAI MIZUTA (membro do CF)_____

POLLYANNA RAMOS FERREIRA ZAFONATTO (Superintendente)_____

VIVIANE JESUS DE LIMA (Dir Benefícios)_____

LISTA DE PRESENÇA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA DE BOM JESUS DOS PERDÕES– SP REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2026

Nº.	Nome:	Cargo	Assinatura
01	Mits Cássia da Silva	Presidente	ausente
02	Amauri do Amaral Campos	Membro	
03	Ana Lúcia Bueno dos Santos	Membro	
04	Ricardo Augusto Pontes Moraes	Membro	
05	Sandra Sakai Mizuta	Membro	
06	André Luiz Borro Sossolotti	D. Financeiro	
07	Pollyanna R. Ferreira Zafonatto	Suprintendente	